

**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**



**TRT-PR-33896-2007-010-09-00-6 (RO)**

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA - PISO SALARIAL ESTADUAL - NEGOCIAÇÃO COLETIVA - MÍNIMO GARANTIDO.** Em face do fracasso e das conseqüências desastrosas da tese do Estado Mínimo, apregoada pelos economistas da Universidade de Chicago, liderados por Milton Friedman, atualmente discute-se a importância da ingerência estatal no domínio econômico, com vistas à garantia da efetividade do princípio do pleno emprego e demais direitos sociais previstos na Constituição Federal, com a revisão do processo de globalização e incentivo do desenvolvimento sustentável. Tal proceder encontra amparo na Constituição Federal pátria, que adotou o sistema do federalismo cooperado, caracterizado pela cooperação entre os diversos entes da Federação, estabelecendo, ainda, em algumas hipóteses a competência legislativa concorrente da União, dos Estados e dos Municípios (CF, arts. 18 e seguintes). No que tange à competência para legislar sobre direito econômico, especificamente, o artigo 24, I, da Carta Magna estabelece a competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, o que impõe a observância obrigatória, em todo o Estado do Paraná, do salário mínimo regional estabelecido pelas Leis n. 15.116/2006 e 15.486/2007. O fato de a norma coletiva anterior prever pisos diferentes para funções diversas em nada altera o ora decidido, posto que não se trata de igualar situações diferentes que assim eram tratadas em norma coletiva, mas de estabelecer um valor mínimo para a categoria como um todo, o que não impede que, futuramente, as partes negociem valores mais elevados para determinadas tarefas ou para os empregados que possuam maior tempo de serviço. Por outro lado, em havendo trabalhadores que já recebem o valor ora reconhecido ou mais, estes permanecerão mantidos, evitando-se, de toda sorte, qualquer prejuízo a estes. Importante ressaltar que este fato não deve ser considerado como impeditivo do direito daqueles que, além de receberem valores menores, não tiveram nenhum reajuste desde que deixou de vigorar a última CCT. A Lei, ademais, existe para tratar do mínimo, que deve ser, de toda sorte, garantido.

**V I S T O S** relatados e discutidos estes autos de **RECURSO ORDINÁRIO**, provenientes da **10ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA - PR**, sendo recorrentes **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO** e **IBEMA COMPANHIA BRASILEIRA DE PAPEL** e recorridos **OS MESMOS**.

**RELATÓRIO**

Inconformados com a sentença de fls. 445/452, que julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados na inicial de Ação Civil Pública, recorrem as partes a este Tribunal.

O autor Ministério Público do Trabalho, em razões recursais de fls. 464/474, postula a

**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**



**TRT-PR-33896-2007-010-09-00-6 (RO)**

reforma quanto ao item: a) Piso normativo inferior ao piso salarial estadual - trabalhadores urbanos.

Contrarrazões apresentadas pelo réu Ibema Companhia Brasileira de Papel (fls. 482/499).

O réu Ibema Companhia Brasileira de Papel, em razões recursais de fls. 488/499 postula a reforma quanto ao item: a) Piso normativo estadual - trabalhadores rurais.

Custas processuais recolhidas (fls. 501).

Depósito recursal efetuado (fls. 500).

Contrarrazões apresentadas pelo autor Ministério Público do Trabalho (fls. 505/511).

Despicienda a remessa dos autos ao *Parquet* para emissão de parecer, eis que integra a lide como órgão agente.

**FUNDAMENTAÇÃO**

**ADMISSIBILIDADE**

Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, **CONHEÇO** dos recursos ordinários interpostos.

**MÉRITO**

**RECURSO ORDINÁRIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PISO NORMATIVO INFERIOR AO PISO SALARIAL ESTADUAL -  
TRABALHADORES URBANOS (ANÁLISE CONJUNTA DOS  
RECURSOS EM RAZÃO DA IDENTIDADE DA MATÉRIA)**

Cuida-se, na origem, de Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público do Trabalho contra Ibema Companhia Brasileira de Papel, cujo objeto envolve obrigações de fazer e de não fazer, consistentes em observar a ré o piso salarial estadual a seus empregados rurais e da indústria, enquanto esses pisos estaduais tiverem seus valores superiores aos de quaisquer outros pisos previstos para esses trabalhadores, seja por preceito legal ou qualquer outra fonte normativa.

A r. decisão de origem de fls. 445/452 acolheu em parte os pedidos do Órgão Ministerial, determinando à ré que proceda ao pagamento do piso salarial estadual aos seus trabalhadores rurais, enquanto não lhes houver piso salarial específico fixado por Lei ou instrumento normativo.

Insatisfeito, recorre o Ministério Público do Trabalho, insistindo em que não é admissível a

**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**



**TRT-PR-33896-2007-010-09-00-6 (RO)**

prevalência de piso normativo inferior ao mínimo regional. Argumenta que não é plausível a interpretação gramatical, dada pela origem, ao artigo 1º, da Lei Complementar 103/2000, que deve ser analisada sob o prisma do conglobamento, pois inexistem vantagens compensatórias em razão do piso inferir ao mínimo legal. Invoca, ainda, a prevalência da norma mais benéfica (piso legal), o caráter teleológico de melhoria da condição social dos empregados a partir da fixação do piso, o princípio da proteção, requerendo seja incidentalmente declarada a ineficácia do ajuste convencional guerreado. Reitera, assim, a observância dos pisos fixados em Lei Estadual para todos os empregados da ré, deferindo-se-lhes as diferenças havidas desde a vigência dos pisos e a determinação de observância, doravante, dos pisos mínimos legais.

A reclamada, por sua vez, insatisfeita com a decisão, pugna por sua reforma argumentando que a sentença foi contrária ao disposto no artigo 8º da CF, que garante liberdade sindical ao trabalhador e, sob esse mote, seria admissível entender que os trabalhadores rurais escolheram filiar-se ao SINDIPEL (mesmo sindicato que representa os empregados "de indústria" na ré), conforme termos de opção acostados aos autos, mormente porque sequer existe sindicato rural representativo da categoria com o qual pudesse negociar.

Cuida-se a discussão central de ambos os recursos da aplicação do piso salarial estadual paranaense aos trabalhadores da empresa reclamada, que tem, dentre seus objetivos sociais, atividades **industriais** (fábrica de papel) e **rurais** (execução de projetos de reflorestamento).

Ante os termos da defesa e da insurgência da ré (aplicabilidade dos instrumentos normativos do SINDIPEL também aos empregados rurais), a solução será a mesma pois a pauta de divergência é exatamente a possibilidade de incidência do piso estadual para os empregados do segmento de indústria da ré, estes com piso incontrovertidamente negociado coletivamente.

Nesse passo, a questão central que reclama indagação dessa Corte diz respeito à prevalência do negociado (limites da negociação coletiva) diante do que vem previsto no artigo 1º, da Lei Complementar 103/2000 (*Art. 1º Os Estados e o Distrito Federal ficam autorizados a instituir, mediante lei de iniciativa do Poder Executivo, o piso salarial de que trata o inciso V do artigo 7º da Constituição Federal para os empregados que não tenham piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho. § 1º A autorização de que trata este artigo não poderá ser exercida: I - no segundo semestre do ano em que se verificar eleição para os cargos de Governador dos Estados e do Distrito Federal e de Deputados Estaduais e Distritais; II - em relação à remuneração de servidores públicos municipais. § 2º O piso salarial a que se refere o caput poderá ser estendido aos empregados domésticos*).

**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**



**TRT-PR-33896-2007-010-09-00-6 (RO)**

A Lei Estadual invocada estabelece em seu artigo 2º que o piso salarial não se aplica aos empregados que têm piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo e aos servidores públicos municipais.

Ambas as partes juntaram cópias das CCT's, firmadas pelo SINPACEL - Sindicato das Indústrias de Papel, Celulose e Pasta de Madeira para Papel, Papelão e de artefatos de Papel e Papelão do Estado do Paraná e pelo SINDIPEL - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel, Celulose, Pasta de Madeira para Papel, Papelão e Cortiça de Guarapuava (fls. 13/54 e fls. 242/256).

O MM. Juízo de primeiro grau entendeu que *"a legislação estadual que estabeleceu o piso salarial no Estado do Paraná não se aplica aos empregados que têm piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo, conforme artigo 3º, das Leis nº 15118/2006 e 15486/2007. Não há que se falar na observância da norma favorável, muito menos em limites à autonomia de negociação dos sindicatos. Isso porque as próprias leis que estabelecem o piso estadual excepcionam a possibilidade de negociação coletiva, sem estabelecer quaisquer limites ou distinções."* (fl. 448).

**Contudo, entendo que não há como se admitir piso salarial definido em convenções coletivas de trabalho inferior ao salário mínimo regional previsto em lei.**

O Juízo *a quo* indeferiu a postulação às diferenças salariais amparado em suposto óbice retratado no art. 2º da Lei Estadual 15.468/07, segundo o qual a lei não se aplica aos empregados que tem piso salarial definido em convenções coletivas de trabalho. Obviamente não se aplica aos empregados que tem piso salarial superior definido em convenções coletivas de trabalho. Se se trata de piso salarial, de salário mínimo regional, jamais poderia admitir a inaplicabilidade em caso de salário inferior ao mínimo que a própria lei definiu.

Assim, entendo que são devidas as diferenças salariais postuladas, vez que não se pode aceitar que o valor do piso salarial previsto nos instrumentos normativos seja inferior ao previsto em lei estadual. Dessarte são devidas diferenças salariais decorrentes da aplicação do salário mínimo regional previsto nas Leis Estaduais 15.118/2006 e 15.468/2007, a partir de maio de 2006, mês a mês, determinando sua integração em férias + 1/3, 13º salário, horas extras, dsr e FGTS.

Observe-se que o entendimento é firmado, mesmo considerando-se a existência de norma coletiva que, no entanto, fixava para o piso salarial, valor inferior ao previsto na Lei Estadual cuja aplicação era pretendida.

**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**



**TRT-PR-33896-2007-010-09-00-6 (RO)**

Cito em amparo, a decisão prolatada no RO 1540-2008-025-09-00-3, cujo acórdão foi publicado no DJ de 31/07/09, de minha Relatoria, via do qual se manifestou esta E. Turma no sentido de que:

"Perfilho o entendimento de que o salário mínimo a ser observado é aquele estabelecido pela Lei Estadual n. 15.826/2007, por força do que preceitua o caput do artigo 7º da Carta Magna. Incontroverso que, na hipótese, não há norma coletiva vigente desde maio de 2008, no tocante às cláusulas econômicas, dentre as quais a que estabelece o piso salarial da categoria, o que atrai a incidência, à hipótese, do preceito inserto na Lei Complementar n. 103/2000, que autoriza aos Estados e ao Distrito Federal instituir piso salarial para os empregados que não tenham piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho".

Transcrevo, também, parte do v. Acórdão publicado no DJ de 29/05/09, oriundo do RO 3293-2007-411-09-00-9, da lavra do Exmo. Desembargador Dr. Márcio Dionísio Gapski:

"Ainda que se entendesse que a reclamante encontra-se abrangida pelas categorias profissionais previstas em Convenção (firmada pelo SINDESC - Sindicato dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Paraná e Região e pelo SINDIPAR - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Curitiba e Região), caberia o deferimento das diferenças salariais porque 'não há como se admitir piso salarial definido em convenções coletivas de trabalho inferior ao salário mínimo regional previsto em lei' (precedente já citado). A melhor interpretação que se faz ao art. 2º da Lei 15486/07 é de que referido normativo só não se aplica aos empregados que têm piso salarial superior definido em convenções coletivas de trabalho, pois, 'se se trata de piso salarial, de salário mínimo regional, jamais poderia admitir a inaplicabilidade em caso de salário inferior ao mínimo que a própria lei definiu' (precedente citado). Assim, são devidas diferenças salariais, vez que não se pode aceitar que o valor do piso salarial previsto nos instrumentos normativos seja inferior ao previsto em Lei Estadual".

Destarte, como no caso presente é incontroversa a inexistência de norma coletiva em vigor, com mais razão reputo devido observar-se o piso previsto na Lei Estadual, para os empregados que estejam a receber valor inferior, declarando incidentalmente a ineficácia do ato negociado nesse particular.

Entendo que o fato de a norma coletiva anterior prever pisos diferentes para funções diversas

**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**



**TRT-PR-33896-2007-010-09-00-6 (RO)**

em nada altera o ora decidido, posto que não se trata de igualar situações diferentes que assim eram tratadas em norma coletiva, mas de estabelecer um valor mínimo para a categoria como um todo, o que não impede que, futuramente, as partes negociem valores mais elevados para determinadas tarefas ou para os empregados que possuam maior tempo de serviço. Por outro lado, em havendo trabalhadores que já recebem o valor ora reconhecido ou mais, estes permanecerão mantidos, evitando-se, de toda sorte, qualquer prejuízo a estes. Importante ressaltar que este fato não deve ser considerado como impeditivo do direito daqueles que, além de receberem valores menores, não tiveram nenhum reajuste desde que deixou de vigorar a última CCT. A Lei, ademais, existe para tratar do mínimo, que deve ser, de toda sorte, garantido.

Imperioso ressaltar, por oportuno, que em face do fracasso e das consequências desastrosas da tese do Estado Mínimo, apregoada pelos economistas da Universidade de Chicago, liderados por Milton Friedman, atualmente discute-se a importância da ingerência estatal no domínio econômico, com vistas à garantia da efetividade do princípio do pleno emprego e demais direitos sociais previstos na Constituição Federal, com a revisão do processo de globalização e incentivo do desenvolvimento sustentável. Tal proceder encontra amparo na Constituição Federal pátria, que adotou o sistema do federalismo cooperado, caracterizado pela cooperação entre os diversos entes da Federação, estabelecendo, ainda, em algumas hipóteses a competência legislativa concorrente da União, dos Estados e dos Municípios (CF, arts. 18 e seguintes). No que tange à competência para legislar sobre direito econômico, especificamente, o artigo 24, I, da Carta Magna estabelece a competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, o que impõe a observância obrigatória, em todo o Estado do Paraná, do salário mínimo regional estabelecido pelas Leis n. 15.116/2006 e 15.486/2007.

Destarte, improcedem os argumentos no sentido de que haveria violação aos princípios da isonomia e irredutibilidade salarial, até mesmo porque eventual negociação coletiva não poderá suprimir direitos mínimos legalmente estabelecidos ao trabalhador, dentre os quais o salário mínimo regional.

Eventual "antecipação de aumento salarial" que teria sido concedido pelo reclamado não foi capaz de atingir o piso mínimo regional, não tendo, portanto, o condão de alterar o argumento condutor do voto.

A correção monetária incide a partir do momento em que a verba torna-se legalmente exigível, em face do que se justifica aplicar, na espécie, consoante posição majoritária aludida, o que estatui o artigo 39 (caput e § 2º) da Lei 8.177/91 (que, conforme art. 44, revogou o

**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**



**TRT-PR-33896-2007-010-09-00-6 (RO)**

Decreto-lei 75/66), sendo aquela norma combinada com o artigo 459 da CLT.

Assim sendo, **dou provimento ao recurso do Ministério Público do Trabalho**, para condenar a parte ré a pagar também a seus trabalhadores de indústria diferenças salariais decorrentes da aplicação do salário mínimo regional previsto nas Leis Estaduais 15118/2006 e 15486/2007, a partir de 01 de setembro de 2006, mês a mês, determinando sua integração em férias + 1/3, 13º salário, horas extras, dsr e FGTS e verbas rescisórias (quando devidas), juros de mora na forma da Lei e correção monetária incidente a partir do mês subsequente ao do trabalho, e a partir da data de sua exigibilidade, para as demais, determinado-se, outrossim, a observância dos pisos mínimos estatuídos por Lei Estadual, sob pena de multa cominatória de 1/30 (um trinta avos) do salário de cada trabalhador nessa situação, por dia, em favor do trabalhador prejudicado, a fim de conferir eficácia a essa decisão.

Outrossim, **nego provimento ao recurso da reclamada** e mantenho a sentença na parte em que a condenou ao pagamento de diferenças a seus trabalhadores do segmento rural, salientando que a estes são devidas diferenças não apenas pelas razões elencadas em sentenças, mas pelos mesmos fundamentos pelos quais se deferem diferenças aos demais trabalhadores da ré e nas mesmas condições, nos termos supra.

**RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA**

**PISO NORMATIVO ESTADUAL - TRABALHADORES RURAIS**

A decisão de origem, prolatada nos presentes autos de Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público do Trabalho contra Ibema Companhia Brasileira de Papel, acolheu em parte o pedido inicial e determinou à ré que proceda ao pagamento do piso salarial estadual aos seus trabalhadores rurais, enquanto não lhes houver piso salarial específico fixado por Lei ou instrumento normativo.

Insatisfeita com a decisão, pugna por sua reforma argumentando que a sentença foi contrária ao disposto no artigo 8º da CF, que garante liberdade sindical ao trabalhador e, sob esse mote, seria admissível entender que os trabalhadores rurais escolheram filiar-se ao SINDIPEL (mesmo sindicato que representa os empregados "de indústria" na ré), conforme termos de opção acostados aos autos, mormente porque sequer existe sindicato rural representativo da categoria com o qual pudesse negociar.

Com fundamento nas razões de decidir expendidas no tópico anterior, às quais me reporto por brevidade, nego provimento ao recurso da ré e mantenho a sentença na parte em que condenou a reclamada ao pagamento de diferenças a seus trabalhadores do segmento rural, salientando que a estes são tais diferenças não apenas pelas razões elencadas em sentença, mas pelos mesmos fundamentos pelos quais se deferem diferenças aos demais trabalhadores

**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**



**TRT-PR-33896-2007-010-09-00-6 (RO)**

da reclamada, nos termos já delineados.

*Mantém-se.*

Pelo que,

**ACORDAM** os Desembargadores da 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, por unanimidade de votos, **CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS DAS PARTES**. No mérito, por unanimidade de votos, **DAR PROVIMENTO AO RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO** para, nos termos da fundamentação, condenar a parte ré a pagar a seus trabalhadores diferenças salariais decorrentes da aplicação do salário mínimo regional previsto nas Leis Estaduais 15118/2006 e 15486/2007, a partir de 01 de setembro de 2006 e 01 de setembro de 2007, respectivamente, mês a mês, determinando sua integração em férias + 1/3, 13º salário, horas extras, dsr e FGTS e verbas rescisórias (quando devidas), juros de mora na forma da Lei e correção monetária incidente a partir do mês subsequente ao do trabalho, e a partir da data de sua exigibilidade, para as demais, determinado-se, outrossim, a observância dos pisos mínimos estatuídos por Lei Estadual, sob pena de multa cominatória de 1/30 (um trinta avos) do salário de cada trabalhador nessa situação, por dia, em favor do trabalhador prejudicado, a fim de conferir eficácia a essa decisão. Por unanimidade de votos, **NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA RECLAMADA**, nos termos da fundamentação.

Custas, de responsabilidade da reclamada, no importe de R\$1.000,00, apuradas sobre o valor ora acrescido à condenação, de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais).



ROSEMARIE DIEDRICHS PIMPAO:24970  
AC CAIXA-JUS  
7/4/2010 18:51:28

Intimem-se.

Curitiba, 23 de março de 2010.

Lei 11.419, de 19/12/2006, publicada no DOU de 20/12/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site [www.trt9.jus.br](http://www.trt9.jus.br) informando o código verificador: 907DESE1 - E92C840C - 8A427496 - 7FB44650.

**ROSEMARIE DIEDRICHS**  
**PIMPÃO**

DESEMBARGADORA FEDERAL  
DO TRABALHO